

A LUTA CONTRA A DESIGUALDADE

A concentração de renda no Brasil explode com Bolsonaro e Guedes: ricos cada vez mais ricos e a imensa maioria do povo em situação de pobreza. O abismo social aprofundado desde o Golpe de 2016 agora atinge níveis imorais



focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 31 de Janeiro de 2022 Nº 43

Fabiano Contarato diz que Bolsonaro deve ser preso
Moro, o ex-juiz federal, tenta esconder a fortuna
Bolsonaro veta no social, mas libera para o Centrão
Chile: Boric abre mais espaço às mulheres no governo

EXPOSIÇÃO VIRTUAL
CENTENÁRIO
Paulo Freire

A EXPOSIÇÃO ESTÁ NO AR

ACESSE EM: fpabramo.org.br

25 ANOS
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
de Documentação e
História Política

PAUTA
BRASIL

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO
FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

transmissão

DCM Forth

TV SAT

SIGA O CANAL DA REVISTA

YouTube

focus
BRASIL

Revista Focus Brasil
191 inscritos

INSCREVA-SE

NO YOUTUBE

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

DESIGUALDADE, A VELHA CHAGA BRASILEIRA

O povo vive pior hoje depois do Golpe de 2016, quando Dilma foi arrancada da Presidência. a política econômica de Bolsonaro levou a um aumento sistemático da desigualdade desde o início do seu governo. O país vive uma tragédia.

Página 10

Tuca Vieira



EDITORIAL. Como Mandela, Lula tem pela frente a reconstrução do país

Página 4

ENTREVISTA. Contarato diz que o presidente tem de pagar por crimes cometidos

Página 5

ABISMO. Suspensão do pagamento do auxílio emergencial ampliou crise

Página 13

REFORMA. PT propõe a taxaço de grandes fortunas para reduzir fosso

Página 14

ORÇAMENTO. Bolsonaro faz cortes em áreas vitais: previdência e educação

Página 15

LAVA JATO 1. Moro tentou esconder, mas admite ter embolsado R\$ 3,5 milhões

Página 16

LAVA JATO 2. Wadih Damous desmascara Moro: quem te viu e quem te vê

Página 17

LAVA JATO 3. Justiça encerra caso do triplex. Lula coleciona 23 vitórias

Página 19

ELEIÇÕES. Lula mantém dianteira folgada e está isolado na corrida de 2022

Página 20

ARTIGO. O momento exige pactos necessários para unir o Brasil a Lula

Página 22

ECONOMIA. O dragão da inflação bateu em 10% em 2021 e promete novos voos

Página 28

DESIGUALDADE. Oxfam diz que os 10 homens mais ricos dobraram fortuna

Página 24

CHILE. Gabriel Boric forma novo governo com maioria de mulheres no gabinete

Página 26

HONDURAS. Xiomara Castro assume a Presidência da República

Página 27

HISTÓRIA. Lançamento do Fome Zero por Lula e da Casa da Mulher por Dilma

Página 28

ROCK. Os 40 anos da bancada carioca Blitz, que fez uma revolução em 1982

Página 30

LULA E MANDELA

Aloizio Mercadante

É muito difícil encontrar um líder histórico que tenha alguma semelhança com a trajetória de vida, de luta e política de Lula. Nelson Mandela tem alguma. A história da África é fortemente marcada pela colonização e pela escravidão, que empobreceu, oprimiu, explorou e dividiu, durante séculos, aquele continente. Essa triste e pesada herança gerou imensas dificuldades no processo de reconstrução civilizatória e de impulso ao desenvolvimento.

Nelson Mandela ficou 27 anos preso por ter lutado, desde muito jovem, contra o regime do apartheid racial, talvez o resquício mais perverso da colonização escravista. Mas ele consegue, mesmo de dentro da prisão, acompanhar a evolução política do movimento de emancipação, a construção do Congresso Nacional Africano, da poderosa central sindical, a Cosatu, além das incontáveis lutas e mobilizações populares, e passa a ser o grande líder histórico do continente africano, como descreve em sua autobiografia "O Longo Caminho para a Liberdade".

Mandela sai da prisão e vai construir um amplo leque de alianças internacionais e na África para derrotar o apartheid, promover o protagonismo dos negros como sujeitos políticos de sua própria história, que eram a ampla maioria da sociedade, e erradicar a desigualdade racial opressora. É evidente que seu governo não resolveu todos os problemas do

desenvolvimento econômico e nem toda a tragédia social herdada, mas Mandela será lembrado como o grande estadista capaz de dialogar, construir e projetar o sonho da justiça racial e social.

No Brasil, e talvez da América Latina, a grande liderança que tem uma história de vida de superação de dificuldades e de enfrentamento das perseguições, opressão, discriminação e preconceito é Lula. Foi ele quem conseguiu organizar as grandes lutas operárias e o movimento sindical e teve papel decisivo para derrotar a ditadura. Foi Lula também que construiu um partido que ficou em primeiro ou em segundo lugar em todas as eleições presidenciais desde a redemocratização, que ganhou quatro eleições seguidas – hoje está claro que só não venceu em 2018 pela perseguição judicial, o golpe e prisão arbitrária, que impediram sua vitória.

Depois de 580 dias preso injustamente, Lula volta e consegue mudar a qualidade do debate e estabelecer pontes e diálogos, reconstruindo os sonhos contra a desigualdade social no Brasil. Além disso, consegue tecer uma ampla frente democrática para derrotar a extrema direita golpista, negacionista, isolada internacionalmente e que gerou todos os retrocessos. Mas, principalmente, trabalha por uma aliança capaz de colocar no centro do futuro governo a desigualdade social e a discriminação racial e de gênero.

Teremos uma campanha muito polarizada e pesada contra Lula. Por isso, não podemos subestimar as agressões que virão. Não há

nada que se compare ao legado de Lula, até pelas tragédias patrocinadas pelo golpe e o governo Bolsonaro. A extrema direita tentará confundir, difamar, manipular, mas será difícil apagar o seu legado. Lula é o presidente mais bem avaliado da história e lidera todas as pesquisas.

Por isso, precisamos estar preparados para fortalecer o PT e os partidos de esquerda, organizar os comitês populares Lula presidente, que devem ser não só um instrumento de campanha, mas uma base orgânica de mobilização e de sustentação política do futuro governo popular e do processo de reconstrução e transformação do Brasil.

O programa de Lula irá enfrentar as emergências sociais, principalmente a fome, o desemprego e a pobreza. Mas, ao mesmo tempo, precisará recuperar a capacidade de investimento do Estado para a reconstrução do país e alavancar o crescimento e a geração de emprego e renda, promover a reindustrialização e o impulso à ciência, à tecnologia e à inovação. E o eixo estruturante de todo o imenso esforço histórico será o enfrentamento das desigualdades e resgate das políticas sociais. Há um imenso atraso educacional e importantes desafios na saúde e na segurança pública.

Quanto mais próximos de 2023, mais uma página memorável da história do Brasil está sendo escrita. Lula é o grande líder, carismático, popular, inovador e democrático, que vai trazer a esperança de volta e inspirar a América Latina com um programa em que as forças progressistas avancem para retomar a integração regional, o enfrentamento da desigualdade social, a defesa da democracia e dos direitos humanos. •

“BOLSONARO DEVE SER PRESO PELOS INÚMEROS CRIMES PRATICADOS”

Professor de Direito e ex-delegado de Polícia, um dos senadores mais ativos do parlamento não tem dúvidas em apontar Lula para liderar a reconstrução do Brasil. “Vai ser um trabalho difícil, mas não tenho dúvida da competência dele, como já fez no governo e depois com o trabalho da presidenta Dilma”, afirma

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

O presidente Jair Bolsonaro deve ser responsabilizado pelas quase 630 mil mortes causadas pelo coronavírus. O senador Fabiano Contarato (PT-ES) considera que chefe do Executivo tem sido omissos de maneira intencional. As mortes na pandemia fazem parte de um conjunto de crimes aos quais ele deve responder e pelos quais deve ser preso.

Professor de Direito e delegado licenciado do estado do Espírito Santo, Contarato afirma que a Constituição obriga que o Estado brasileiro proteja e cuide da população, o que o atual governo jamais fez em três anos do mandato de Bolsonaro. Além da pandemia, o presidente tem cometido mui-

tos outros crimes.

Apesar do estrago causado no país pelo governo genocida, Contarato mantém a esperança de que o próximo presidente, que ele espera que seja Luiz Inácio Lula da Silva, tenha a capacidade de contornar a crise e coloque o Brasil de “volta aos trilhos”. Recém-chegado ao Partido dos Trabalhadores e ainda em seu primeiro mandato, o senador considera que muitas transformações precisam ser feitas para que o país possa se transformar numa sociedade mais justa e fraterna. A seguir, trechos da entrevista concedida à revista **Focus Brasil**.

Focus Brasil – Bolsonaro pode ser preso após deixar a Presidência da República?

Fabiano Contarato – Eu não tenho dúvida disso. Foram inúmeros crimes praticados por ele. A legislação brasileira responsabiliza uma pessoa pela prática de um crime não só por um comportamento positivo, por uma ação, mas também por omissão. E isso foi muito evidenciado, principalmente, no enfrentamento da Covid. O Código Penal é claro quando estabelece que a omissão é penalmente relevante quando o agente teria por lei a obrigação de proteção, vigilância e cuidado. E o direito à saúde pública é um direito humano essencial, mas também é um direito constitucional previsto nos artigos 6º e 196 da Constituição. É o Estado brasileiro quem tem legitimidade para dar efetividade a essa garantia constitucional.

Então, quando o presidente da República se omite deliberadamente, intencionalmente... – e aí eu falo que essa omissão dele ocorreu também a título de dolo, porque dolo no Brasil não é só intenção. O Código Penal é claro quando diz no artigo 18: “Diz-se o crime doloso quando o agente quis o resultado”. Aí, dolo é intenção. Mas ele coloca uma conjugação alternativa: “Ou assumir o risco de produzir esse resultado”. Estou me referindo a um ponto que foi levantado na CPI da Covid. Mas nós tivemos outros crimes praticados, tanto crimes entre os chamados “comuns”, mas também crimes de responsabilidade previstos por atos de improbidade administrativa e também em tratados e convenções internacionais, como crimes contra a humanidade.

– O senhor veio somar-se aos quadros do PT e será um dos principais apoiadores de Lula nesta próxima eleição. A herança que Lula vai receber de Bolsonaro pode ser chamada de maldita?

– Lula é um grande estadista, que demonstrou já ser um brilhante gestor. E o que eu acho mais importante é que ele não é um gestor neoliberal, é um gestor sempre vinculado com a pauta social, com a pauta de direitos humanos. Quando se fala em direitos humanos, é na essência da expressão aquilo que foi construído lá em 1979 pelo jurista tcheco Karel Vasak, inspirado pelos princípios da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. E isso abrange meio ambiente, a liberdade, o devido processo legal, direito ao trabalho, à saúde, à educação, uma redução da carga tributária... O estrago aqui foi muito grande. Mas tenho a plena convicção de que a competência do presidente Lula, sendo eleito

presidente da República e com uma equipe que tenho certeza de que será um time capaz de dar condições para que ele coloque o Brasil nos trilhos novamente. Com desenvolvimento, redução da desigualdade, diminuição do abismo entre os milhões de pobres e a concentração de riqueza nas mãos de tão poucos. Vai ser um trabalho difícil, mas eu não tenho dúvida da competência dele em saber administrar como muito bem já demonstrou nos seus oito

LULA NÃO É UM GESTOR NEOLIBERAL. SEMPRE FOI VINCULADO COM A PAUTA SOCIAL, COM A PAUTA DE DIREITOS HUMANOS

anos de governo e depois com o trabalho da presidenta Dilma, quando a sociedade brasileira pôde entender o que é o mínimo de dignidade da pessoa humana em todos os aspectos. Foi nesse período em que tivemos todos os avanços que obtivemos nas pautas sociais, tudo fruto de programas executados pelo Partido dos Trabalhadores.

– O senhor é um dos senadores mais ativos da atual legislatura. É possível elencar quais áreas

tiveram mais prejuízos causados por Bolsonaro?

– É difícil elencar onde não teve perdas. Em plena pandemia, o presidente cortou 22% da verba da Saúde. As pessoas, antes da pandemia, e falo isso com conhecimento de causa porque venho de uma família pobre que sempre utilizou o Sistema Único de Saúde, já morriam nos corredores dos hospitais públicos. Os pobres, quando precisam fazer cirurgias ou quando precisam fazer exames de determinada complexidade, infelizmente não conseguem fazê-los. E agora, com a pandemia, isso se agravou. Ao mesmo tempo, fez um aporte no Ministério da Defesa de mais de 22%. Então, o que é prioridade no governo? Ora, o principal bem jurídico a se proteger é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde. Não sou eu que estou falando. O abre-alas do Código Penal são os crimes contra a vida porque está se tutelando ali a vida humana. O desmonte feito no Ministério da Saúde é muito grave.

E ainda há crimes em outras áreas chave, como meio ambiente.

– Sim. No Ministério do Meio Ambiente, se voltarmos ao período antes de Bolsonaro se tornar presidente, ele já almejava acabar com a pasta. Não acabou de direito, mas acabou de fato. E eu pontuo: acabou com a Secretaria de Mudanças Climáticas, com o Plano de Combate ao Desmatamento, com o Departamento de Educação Ambiental... Ele criminaliza ONGs, reduz a participação da sociedade civil, dos membros do Conama, proliferou agrotóxicos

Temos que falar também do que está sendo feito pelo governo com os povos indígenas. Quando era presidente da Comissão do Meio Ambiente, fui até os Guarani-Kaiowás, em Mato Grosso do Sul. Estão sendo dizi-



Divulgação

mados. Há crimes que são verdadeiros ecocídios. Acabam de completar três anos de Brumadinho. Tem também Mariana, Barão de Cocais, Miraflores, Cataguases, isso tudo só em Minas Gerais. Sem falar em extração de urânio. O desmonte na área ambiental é gigantesco.

Na Educação, quantos ministros tivemos neste governo? Houve aquele importado – o [Ricardo] Vélez [Rodríguez], que chegou ao ponto de estimular os diretores a filmarem os alunos cantando o slogan do presidente da República. Depois, estimulou os alunos a filmarem os professores em sala de aula, violando a liberdade de cátedra. Ainda houve um ministro que chegou a falar que era necessário cortar verba dos cursos de Filosofia, Sociologia e Antropologia... O argumento era de que não davam retorno. Ora, minha formação é

no Direito. Mas eu não seria nada se não tivesse feito leituras que passam por Hobbes, Rousseau, Maquiavel. Eu não seria nada se não tivesse o embasamento que passa por essas áreas. Tivemos um outro ministro da Educação que teve a nomeação cancelada por irregularidade no conteúdo do currículo. E ainda temos o atual ministro, que chega ao ponto de dizer que crianças com deficiências são terríveis de conviver ou que professores transsexuais não podem ensinar. Como se fosse possível mudar a orientação sexual de um aluno.

Há um desmonte geral...

– ... na saúde, na segurança pública, na educação pública, na ciência e tecnologia, no meio ambiente... Vamos ter muito trabalho para colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento, para tirar o país do Mapa da Fome mais uma vez.

Eu aprovei uma lei, batizada de Lei Padre Julio Lancelotti, que proíbe as técnicas de arquitetura hostil. O número de pessoas em situação de rua aumentou.

– E temos ainda a precarização das relações trabalhistas...

– A reforma trabalhista de 2017 veio com um discurso de que alavancaria a economia e geraria emprego e renda. E não foi isso o que aconteceu. Ali se “uberizou” a relação trabalhista. Estabeleceu-se a terceirização de atividade-fim, o regime de trabalho intermitente e que mulheres grávidas e lactantes podem trabalhar em ambientes insalubres. Se não fosse o Supremo Tribunal Federal declarar essa medida inconstitucional, teríamos grávidas e lactantes trabalhando nessas condições. Em 2019, tivemos uma reforma da Previdência com o mesmo discurso e, mais uma

vez, quem está pagando a conta é o trabalhador. Passou a ser uma missão impossível o trabalhador se aposentar. Agora, está aí “bataendo na porta” uma reforma administrativa que vai criminalizar os servidores públicos, quando sabemos que a grande massa dos servidores está nos rincões das prefeituras pelo país e que ganham um pouco mais do que um salário mínimo. É fundamental lembrar que foi graças à estabilidade de um servidor público que o ex-ministro do Meio Ambiente foi denunciado. Também foi graças a essa estabilidade que um servidor do Ministério da Saúde denunciou irregularidades no contrato da Covaxin e isso impediu danos ao erário público.

Espero que o futuro presidente – tenho fé em Deus – seja o presidente Lula. E nós tenhamos a altivez de fazer o que já está na Constituição, que a União tem que taxar grandes fortunas. Esse dinheiro é que vai possibilitar o custeio de políticas públicas para dar dignidade à população brasileira que clama por uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, inclusiva e mais plural.

– **Diante de tudo isso é preciso se indignar.**

– Sim. Eu não posso perder a capacidade de indignação, jamais. Jamais.

– **O senhor vem da Polícia Judiciária, é delegado no Espírito Santo. Entre os maiores países do mundo, o Brasil tem os menores índices de elucidação de crimes contra a vida. Como o senhor acha que um governo democrático pode contribuir para fortalecer a atividade policial e trabalhar na perspectiva de construirmos corporações antirracistas?**

– Esse tema é muito sensível

para mim. Mas para responder, preciso fazer uma retrospectiva. Temos que entender que, infelizmente, no Brasil, o Estado criminaliza a pobreza e a cor da pele. Falo isso com conhecimento de causa porque fui delegado por 27 anos. Existia um criminólogo chamado Cesare Lombroso que falava que o criminoso é nato: “Ah, o formato da testa, o formato do nariz, da orelha”... As características físicas determinavam quem era um criminoso nato. E

INFELIZMENTE, NO BRASIL, O ESTADO CRIMINALIZA A POBREZA E A COR DA PELE. FALO ISSO PORQUE FUI DELEGADO DE POLÍCIA POR MAIS DE 27 ANOS

o Estado reproduz o Lombroso. Não vejo, por exemplo, a polícia dando busca pessoal em jovens dos bairros nobres, mas vejo isso sendo feito diuturnamente em bolsões de pobreza onde o Estado não é presente. Nesses casos, direitos elementares estão sendo violados. Veja o perfil socioeconômico de quem está preso no Brasil: pobres, pretos e semianalfabetos. E isso ocorre quando os crimes de maior prejuízo são ocasionados por políticos: crimes contra a ordem tribu-

tária, contra o sistema financeiro, sonegação fiscal, corrupção ativa e passiva, peculato, concussão, contrabando e descaminho. Qual é o percentual da população carcerária presa por esse rol de crimes? Não tem. É assim porque há esse racismo estrutural, esse preconceito, esse sexismo, essa misoginia impregnados no Brasil.

– **Por onde começar?**

– Diante deste cenário, para reduzir a criminalidade e elucidar os crimes, a primeira coisa é derrubar essa política armamentista. Não se reduz a criminalidade armando a população. Muito pelo contrário. Sabemos que os destinatários dos disparos de arma de fogo – quem morre – são pobres e pretos. Mais uma vez, quem paga a conta é a parcela dos nossos irmãos brasileiros e brasileiras. Reduz-se a criminalidade proporcionando direitos que vão garantir a dignidade da pessoa humana. Estamos falando de iluminação pública nos bairros, saneamento básico, escolas públicas de qualidade, melhorias na educação, valorização dos professores, integrantes das forças de segurança pública – estabelecido no artigo 144 da Constituição Federal – equipados e que trabalhem com uma política tecnocientífica eficiente para a elucidação dos crimes, mas acima de tudo, para a capacitação dos agentes de segurança pública. Aprovamos um projeto de lei – do senador Paulo Paim (PT-RS) e para o qual contribuí – para determinar que na formação de todo agente de segurança, a formação seja feita passando pelo estudo dos direitos humanos.

– **Os desafios são imensos.**

– Quando se trata da pauta da segurança pública, é necessário que tenhamos a capacidade de

primeiro fazer esse recorte histórico e sociológico sobre a criminalização da cor da pele e da pobreza pelo Estado brasileiro. Ou seja, diminuir a criminalidade não passa por armar a população. Essa é uma visão simplista, imediatista. É preciso dar as condições mínimas de dignidade para que os jovens tenham a possibilidade de acessar universidades e conseguirem empregos. Ao mesmo tempo, é preciso estimular as empresas a contratarem, fazer um trabalho de readaptação ao convívio sociofamiliar no caso dos reeducandos condenados, capacitando de forma permanente os agentes de segurança pública para que tenham esse olhar humanizador, empatia, para que se coloquem na dor do outro e não sejam utilizados longa manus, como uma mão para execuções impostas pelo Estado. Infelizmente, hoje não é possível dizer que todos somos iguais perante a lei sem distinções de qualquer natureza. É algo que está longe de ser uma realidade.

– O senhor é professor de Direito, atuou como delegado e hoje é um legislador. Gostaria de lhe perguntar sobre a conduta do ex-juiz Sergio Moro. Ele posa de defensor de uma moral, como homem da lei. Qual é a sua opinião?

– Em 19 de junho de 2019, estava na comissão de Constituição e Justiça quando o então ministro Sergio Moro foi convidado a comparecer. Ele fazia parte do governo Bolsonaro, estava com uma credibilidade alta, como alguém intocável, digamos assim, perante a opinião pública. E fiz uma fala técnica. Busquei a declaração universal de direitos humanos apontando que todo ser humano tem que ser julgado por um juiz isento e imparcial. Busquei dentro do Código da Magistratura que fala que o

juiz tem que ficar equidistante – o princípio da paridade de armas. Busquei também o Código de Processo Penal e fiz uma fala sobre a quebra do princípio da imparcialidade. Os fins justificam os meios? É isso o que estava em jogo ali. Independente de quem estava sendo objeto de persecução penal ou quando fosse ser julgado. E quando nós tivemos num julgamento o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal de que aquele

MORO APARECE SE INTITULANDO COMO ALGUÉM QUE PODERIA SER UMA VIA PARA A SOLUÇÃO, COMO UMA OPÇÃO PARA O BRASIL. E É O CONTRÁRIO

juiz foi parcial, isso é muito grave em uma democracia. É muito grave. Principalmente, porque, na ocasião, foi divulgado o áudio de uma presidenta da República e um ex-presidente por decisão monocrática. As conversas mantidas com o Ministério Público, orientando, conduzindo a investigação... Isso é muito grave dentro do que chamo de espinha dorsal do Estado Democrático de Direito, que é a Constituição.

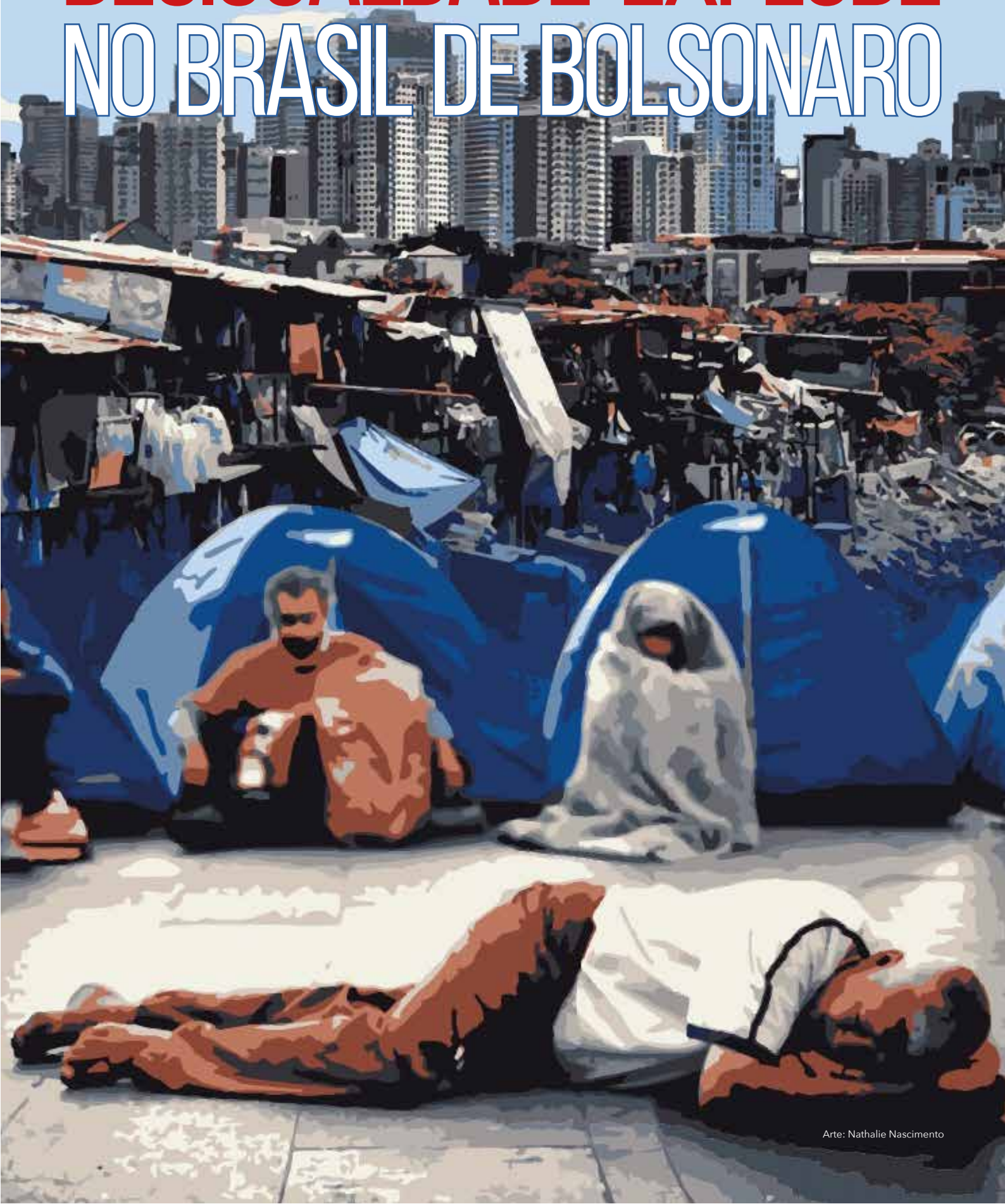
Falo como professor de Direito Penal e de Processo Penal há 22

anos. Se fosse eu como delegado que tivesse mantido contato com o advogado do indiciado, e estivesse indiciando da forma como foi feito, tenho certeza de que teria saído preso. Isso não se faz dentro de uma democracia. É muito grave esse comportamento, esse reconhecimento. E agora ele aparece se intitulado como alguém que seria uma via para a solução, como uma opção para o Brasil. É o contrário: o comportamento dele demonstrou que não tem capacidade de se comportar como juiz porque para isso é preciso ser isento, neutro, imparcial. Ninguém deveria ser julgado por um juiz parcial. Isso é muito grave dentro de uma democracia, dentro do Código de Processo Penal. Hoje, é necessário que a sociedade entenda qual é a consequência desse comportamento. A gente não pode simplesmente ter uma amnésia e esquecer o que passou. Temos que olhar pelo retrovisor e ver que aquilo foi um dano irreparável porque teve a digital dele para que nós chegássemos à situação em que estamos hoje.

Da mesma forma, tivemos a contribuição de muitos parlamentares para o golpe contra Dilma. Defendo o impeachment do atual presidente desde o meu primeiro ano de mandato porque os crimes que vem perpetrando são inmensuráveis, são inúmeros. E, por outro lado, o que Dilma fez para sofrer um impeachment com a digital de muitos parlamentares que hoje se intitulam até arautos da moralidade, da sapiência jurídica, mas que foram coniventes? Agiram dolosamente para um comportamento que também foi misógino e sexista com relação à presidenta. Não podemos esquecer que o que estamos passando hoje é resultado desse processo. Mesmo com relação à pandemia, quantas mortes teriam sido evitadas? •

CAPA

DESIGUALDADE EXPLODE NO BRASIL DE BOLSONARO



Arte: Nathalie Nascimento

A mais indecente concentração de renda do mundo vem sendo executada com afinco e de maneira persistente pelo governo federal desde o impeachment de Dilma. Hoje, o Brasil é uma das nações mais desiguais do planeta. A fome voltou a ser um problema persistente e a maioria do povo está mais pobre

A concentração de renda no Brasil, que é histórica e só foi reduzida parcialmente durante os períodos dos governos Lula e Dilma, aumentou ainda mais durante os últimos anos, desde a queda da presidenta em 2016. Agora, no país, os 20 maiores bilionários do Brasil têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiros, o correspondente a 60% da população. Os dados foram divulgados pela Oxfam, a ONG inglesa no início do ano e fazem parte de um estudo global que mostra o alto grau de concentração de renda no mundo.

Mas, no Brasil, a pandemia da Covid-19 acelerou o agravamento da crise social e econômica. De abril de 2020 a abril de 2021, estima-se que 377 brasileiros perderam o emprego por hora. No pior momento da crise, quase 1.400 brasileiros foram demitidos por hora e o Brasil registrou recorde de 14,4 milhões de desempregados em abril de 2021. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem denunciado que a crise social aguda que o país enfrenta é resultado direto da política econômica adotada por Michel Temer em 2016 e aprofundada por Jair Bolsonaro.

“O discurso que se fazia depois do golpe na Dilma era que

o país ia melhorar, que o país ia crescer e ia ter mais emprego”, lembrou em entrevista na sexta-feira, 28. “Tudo piorou. Piorou o investimento em educação, em saúde, a geração de emprego e a questão do salário”. Lula, que ainda não se lançou oficialmente candidato à Presidência da República, tem percorrido o país, concedido entrevistas e se reunido com líderes políticos e representantes de entidades da sociedade civil para voltar a colocar o povo no Orçamento.

**NO BRASIL, APENAS
OS 20 MAIORES
BILIONÁRIOS DETÊM
MAIS RIQUEZA DO
QUE 128 MILHÕES
DE BRASILEIROS,
O EQUIVALENTE
A 60% DA
POPULAÇÃO**

“A minha prioridade é discutir como combater a fome, como gerar emprego e aumentar o salário nesse país”, disse na entrevista concedida na sexta a uma rádio do Paraná. “Como garantir o respeito aos negros, as mulheres, aos indígenas. Como reduzir o desmatamento”. Ele declarou que o país não se desenvolverá enquanto excluir a maior parte de sua população. Em tom crítico em relação ao governo Bolsonaro, Lula chama a atenção para o encolhimento da renda dos trabalhadores sob Paulo Guedes. “Durante o governo do PT, 82,9% dos acordos dos trabalhadores eram de aumento real de salário, acima da inflação. A vida era melhor e o povo consumia mais”, lembrou.

É fato que a desigualdade social vem aumentando no país. Segundo o IBGE, em 2018 o Brasil era o oitavo país mais desigual do planeta e a desigualdade de renda havia atingido o maior patamar desde 2012, quando a renda dos 10% mais ricos era 13 vezes superior à média dos 40% mais pobres. Negros e mulheres, base da pirâmide social brasileira, continuam sendo os mais afetados nesse contexto.

No final de dezembro, o World Inequality Lab, co-dirigido pelo economista francês Thomas Piketty, constatou que a desigualdade aumentou com Bolsonaro e pan-

AUSTERIDADE SUICIDA

Sob a gestão de Paulo Guedes à frente do Ministério da Economia, o Brasil assistiu ao aumento da desigualdade de renda, do desemprego e da crise social. A desigualdade aumentou entre 2019, quando os 10% mais ricos detinham 58,6% da renda nacional. Agora, os superricos controlam 59%



demia. No Brasil de Bolsonaro e Guedes, aqueles que estão no topo da pirâmide social do país – os 1% mais ricos – são donos da metade da riqueza do país, enquanto os 50% mais pobres detêm 1%.

Os dados assustadores constam do relatório *The World Inequality Report 2022*. A desigualdade aumentou entre 2019, quando os 10% mais ricos detinham 58,6% da renda nacional. Em 2022, o pequeno grupo controla 59% da economia. A metade mais pobre, que concentrava 10,1% agora detém 10%.

O estudo cita que “desde os anos 2000, a desigualdade foi reduzida no Brasil e milhões de indivíduos tirados da pobreza, em grande parte graças a programas governamentais, como o aumento de o salário mínimo ou Bolsa Família” – dois carros-chefes adotados nos governos de Lula e Dilma.

O fato é que o Brasil está mais pobre do que há dez anos. Entre 2012 e 2022, a fatia de domicílios brasileiros que integra as classes D e E aumentou de 48,7% para 51%, mostra levantamento da consultoria Tendências. Em números absolutos, são 37,7 milhões de domicílios compondo a base social neste ano.

Lula tem alertado que a volta do Brasil ao Mapa da Fome precisa ser revertida rapidamente. A fome disparou durante a pandemia. Em dezembro de 2020, 55% da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar – 116,8 milhões, equivalente à população conjunta da Alemanha e Canadá – e 9% passavam fome – 19,1 milhões.

Isso é um retrocesso aos patamares verificados em 2004, quan-

DESDE O GOLPE DE 2016, AUMENTOU APOBREZA E A FOME, QUE EM DEZEMBRO DE 2020 JÁ ATINGIA NADA MENOS QUE 19,1 MILHÕES DE BRASILEIROS

do Lula estava em seu segundo ano de governo. A fome agora afeta mais as mulheres e os negros no Brasil – 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres e 10,7% dos domicílios liderados por negros passavam fome no final de 2020, em comparação com 7,7% dos domicílios chefiados por homens e 7,5% das famílias encabeçadas por brancos.

O ex-presidente tem defendido que como solução a adoção de uma reforma tributária justa – como a apresentada pelo PT e outras legendas da oposição ainda em 2019, antes da pandemia da Covid. Pesquisa da Oxfam Brasil indica que 84% dos brasileiros concordam em aumentar os impostos dos muito ricos para financiar políticas sociais.

Em entrevista à agência alemã de notícias Deutsche Welle, a cientista política Camila Rocha, autora do livro *Menos Marx, Mais Mises: O Liberalismo e a Nova Direita no Brasil*, disse que o maior problema do Brasil hoje é o aumento exponencial de pessoas passando fome e de pessoas em situação de insegurança alimentar”, afirma. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 55% da população brasileira vive em situação de insegurança alimentar. •



O ABISMO SOCIAL NA PANDEMIA

A descontinuidade no pagamento do auxílio emergencial é resultado direto da opção política de Bolsonaro de penalizar os pobres. Planalto se empenhou em acabar com o Bolsa Família para que pudesse imprimir sua própria marca em um dos programas de transferência de renda mais estudados e premiados do mundo

Matias Cardomingo *
Rodrigo Tonetto **

Levantamentos recentes mostram que jovens de famílias com maior renda estudaram, em média, 50% mais horas do que alunos de renda baixa, além de terem feito em melhores condições, na medida em que podiam acompanhar suas aulas sem precisar compartilhar aparelhos eletrônicos, como ocorreu com os mais po-



bres. O saldo dessa diferença será o aumento da desigualdade na formação cidadã e na preparação para o mercado de trabalho.

Em termos de capacidades

básicas, por exemplo, estima-se que o percentual de crianças de até 10 anos com dificuldades de leitura salte de metade para 70% no Brasil, indicando um caminho temeroso para nosso país.

O mercado de trabalho, por sua vez, também indica um quadro de agravamento das desigualdades entre o final de 2019 e o segundo trimestre de 2021, segundo os dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE. Enquanto os homens brancos mantiveram sua

participação no mercado de trabalho estável, com crescimento de 0,2% no número de pessoas integrantes da PEA, os homens negros reduziram sua entrada em 6,3%.

Algo similar ocorreu entre as mulheres. O número de brancas integrantes da população economicamente ativa foi reduzido em 1,6%, enquanto para as negras essa queda foi de 6,4%. Isso considerando um país marcado pelo racismo, no qual 705 mil homens brancos ganham mais renda do que todas as mulheres negras, que totalizam 32 milhões de pessoas, e o 1% mais rico do país detém nada menos do que um quarto da renda nacional, uma das maiores concentrações do mundo.

A pandemia tornou o combate à desigualdade ainda mais urgente e necessário no Brasil e no mundo. A doença que atingiu o país em um cenário de alto desemprego e desigualdade crescente contribuiu para a ampliação destas disparidades em múltiplas dimensões. Do ensino ao mercado de trabalho, da maior letalidade entre a população negra e periférica à maior sobrecarga de trabalho de cuidado sobre as mulheres, a doença trazida pelos ricos e brancos fez agravar os abismos sociais.

A saída do mercado de trabalho deve-se à falta de perspectivas diante de um cenário econômico deprimido e deprimente. É diante dessa realidade que se destaca a importância dos programas de transferência de renda como foi o Auxílio Emergencial.

Conquistada pelo esforço da oposição no Congresso ao contrapor as primeiras propostas do governo, essa política foi responsável por fazer

o país atingir o menor nível de extrema pobreza – equivalente a algo próximo de R\$160 por mês – que se tem registro. Deixamos de ter 14 milhões de pessoas vivendo nessas condições antes da pandemia para 5 milhões em junho de 2020.

Contudo, desde o final de 2020, o país passou por seguidas interrupções do pagamento e sua redução pela metade na extensão do programa. A descontinuidade no pagamento do benefício é resultado direto da opção política do presidente Jair Bolsonaro.

Na sequência, o governo se empenhou em acabar com o Bolsa Família para que pudesse imprimir sua própria marca em um dos programas de transferência de renda mais estudados e premiados do mundo e um dos responsáveis pela enorme redução da desigualdade que o país viveu nos governos do PT.

Como era de se esperar, a emenda saiu bastante pior que o soneto, e o Auxílio Brasil tem um desenho com uma série de objetivos e instrumentos potencialmente conflitantes. Em especial, o caráter provisório do auxílio, que deverá ser revisto anualmente, e o desmonte promovido do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que ano passado registrou o menor orçamento nos últimos 10 anos.

Tais fatos geram diversas incertezas sobre a efetividade do programa. Fica nítido que sem uma ação coordenada do Estado que estimule a atividade econômica e garanta renda e oportunidades, as desigualdades agravadas pela pandemia seguirão ecoando ao longo de 2022 de maneira cada vez mais grave. •

* Mestre em Economia e pesquisador do Made USP. ** Economista, é doutorando em economia pela Queen Mary University of London e pesquisador do Made USP.

HORA DE TAXAR GRANDES FORTUNAS

O tema está em debate há 34 anos. Surgiu ainda durante a Assembleia Constituinte, eleita em 1986 e instalada no ano seguinte. Mas nunca avançou. A ideia de taxar as grandes fortunas tem sido discutida em muitos países, mas no Brasil não avança, apesar dos esforços do PT e das legendas de esquerda. Pode ser um remédio para reduzir a desigualdade monstruosa no país.

A implementação de um imposto sobre grandes fortunas está prevista na Constituição de 1988. O tributo é mencionado com outros cinco: o imposto sobre importações, exportações, renda (IR), produtos industrializados (IPI), operações financeiras (IOF) e propriedade rural (ITR).

Todos os seis receberam suas próprias regras e estão por aí sendo aplicados – menos o imposto sobre fortunas, que nunca foi regulamentado e, por isso, segue até hoje sem existir no país. O PT e as legendas de esquerda apresentaram em 2019 uma nova proposta de reforma tributária que aborda o IGF.

A proposta de IGF apresentada tem potencial de arrecadação da ordem de R\$ 40 bilhões, com incidência de alíquotas de 0,5%, 1% e 1,5%, sobre faixas de riqueza de R\$ 10 milhões a R\$ 40 milhões, R\$ 40 milhões a R\$ 80 milhões e acima de R\$ 80 milhões, respectivamente. A Fenafisco revela que o Brasil tem 206 bilionários, com fortuna de mais de R\$ 1,2 trilhão.

Há pelo menos outros 36 projetos apresentados na Câmara e no Senado, propondo os termos para a criação do imposto sobre grandes fortunas. Nenhum avançou mesmo em tempos de pandemia. •

NO ORÇAMENTO, CORTES NO SOCIAL

Bolsonaro abandona o povo à própria sorte e dá prioridade à politicagem com aliados. Planalto tirou dinheiro da educação e do aposentado. PT critica a conduta do governo: é criminoso

Para fazer a velha politicagem, o presidente Jair Bolsonaro resolveu cortar recursos do orçamento na área social, punindo a população ao tirar dinheiro das áreas da previdência, saúde e educação. A bancada do PT no Senado, liderada por Paulo Rocha (PA), criticou a decisão do Palácio do Planalto. “Bolsonaro cortou R\$ 3,184 bilhões do Orçamento aprovado pelo Congresso e nada menos do que 31% desse dinheiro diz respeito ao INSS. Isso é criminoso”, lamentou o líder do PT.

O governo cortou em áreas importantes, como saúde, educação e previdência, enquanto resolveu preservar os recursos das emendas parlamentares – o chamado “orçamento secreto”, no valor de R\$ 1,3 bilhão – e os recursos do fundo eleitoral – R\$ 4,7 bilhões –, destinando ainda R\$ 1,7 bilhão para reajustar salários da elite do funcionalismo público federal.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) reforça a denúncia do atropelo do governo em desfigurar a proposta orçamentária para 2022, poupando emendas de recursos para aliados, enquanto tira dinheiro de setores vitais. “Bolsonaro volta a demonstrar desprezo pela ciência, pela educação e pelos direitos das minorias com cortes de verbas para indígenas, quilombolas e pesquisas científicas”, alerta. “A tesourada também atinge universidades, reforma agrária, políticas para as mulheres, trabalho e previdência”.

A tesourada mais forte atingiu a Previdência. Mais R\$ 1 bilhão

foram retirados do INSS. Esse dinheiro seria destinado, principalmente, à manutenção das agências de atendimento aos beneficiários do INSS. “É dinheiro que o governo está tirando para pagar as contas de energia, água, segurança e limpeza”, adverte Paulo Rocha.

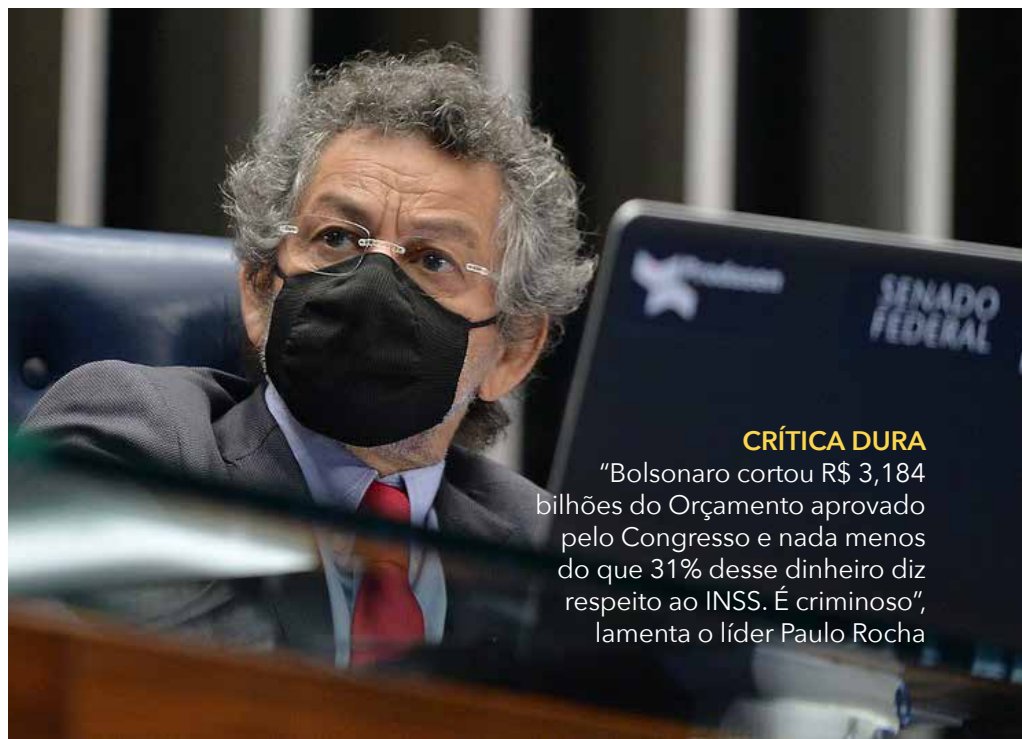
Ele lembra que outra parte do dinheiro retirado do orçamento pelo presidente era para fazer os processamentos dos benefícios previdenciários. “Caso estes recursos não forem recompostos, o povo é quem sairá prejudicado, porque sem dinheiro para o custeio pode resultar no fechamento de agências e até mesmo o atraso nos pagamentos de alguns benefícios”, insiste Rocha.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), líder da minoria no Senado, diz que os estudantes brasileiros serão penalizados com os recursos que foram cortados pelo presidente. “Mais de R\$ 730 milhões foram vetados na Educação,

sendo R\$ 500 milhões no FNDE, órgão responsável por cuidar da educação básica, R\$ 100 milhões na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, exatamente no momento que país passa pela quarta onda da Covid”, adverte. “É criminoso o governo Bolsonaro tirar recursos dos Hospitais Federais, vetando mais de R\$ 87 milhões das universidades, que já vêm sendo desmanteladas desde o primeiro ano da atual administração”.

O PT diz que o Planalto é irresponsável ao retirar mais recursos da educação básica, no momento que os estudantes tentam retomar as aulas presenciais nas escolas públicas do país. Justamente em meio à pandemia, foram retirados mais de R\$ 73 milhões da área Ciência e Tecnologia. As verbas deveriam ser utilizadas para pesquisas em diversas áreas e até mesmo nas áreas de saúde buscando insumos, produtos entre outros para atender os tratamentos contra a Covid. •

Alessandro Dantas



CRÍTICA DURA

“Bolsonaro cortou R\$ 3,184 bilhões do Orçamento aprovado pelo Congresso e nada menos do que 31% desse dinheiro diz respeito ao INSS. É criminoso”, lamenta o líder Paulo Rocha



MORO, O MILIONÁRIO, QUIS ESCONDER FORTUNA

Ex-ministro da Justiça de Bolsonaro posa de paladino da moralidade, mas buscou manter longe dos olhos do público que amealhou R\$ 3,7 milhões em consultoria que prestou serviço a empreiteiras envolvidas na Lava Jato

Em apenas um ano como sócio da empresa Alvarez & Marsal, a consultoria americana que atuou para empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato, o ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sergio Moro passou de servidor público a milionário. O chefe da força-tarefa, que promoveu um conluio com procuradores da República, amealhou nada menos que R\$ 3,7 milhões como consultor. Ele levaria oito anos como juiz para juntar esse dinheiro.

A informação foi confirmada pelo próprio Moro, durante transmissão ao vivo nas redes sociais realizada na sexta, 28, ao lado do deputado federal Kim

Kataguirí (PD-SP), um dos líderes do movimento golpista MBL, que atuou no impeachment de Dilma Rousseff e apoiou o Golpe de 2016.

A dinheirama ganha pelo ex-juiz numa empresa de consultoria tornou-se objeto de investigação há menos de um mês, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) questionou a contratação de Moro. Isso porque Alvarez & Marsal foi nomeada judicialmente para administrar a recuperação judicial de firmas que foram alvos da Lava Jato – em sentenças assinadas pelo próprio ex-juiz –, como a empreiteira Odebrecht.

O TCU instaurou procedimento, sob a relatoria do minis-

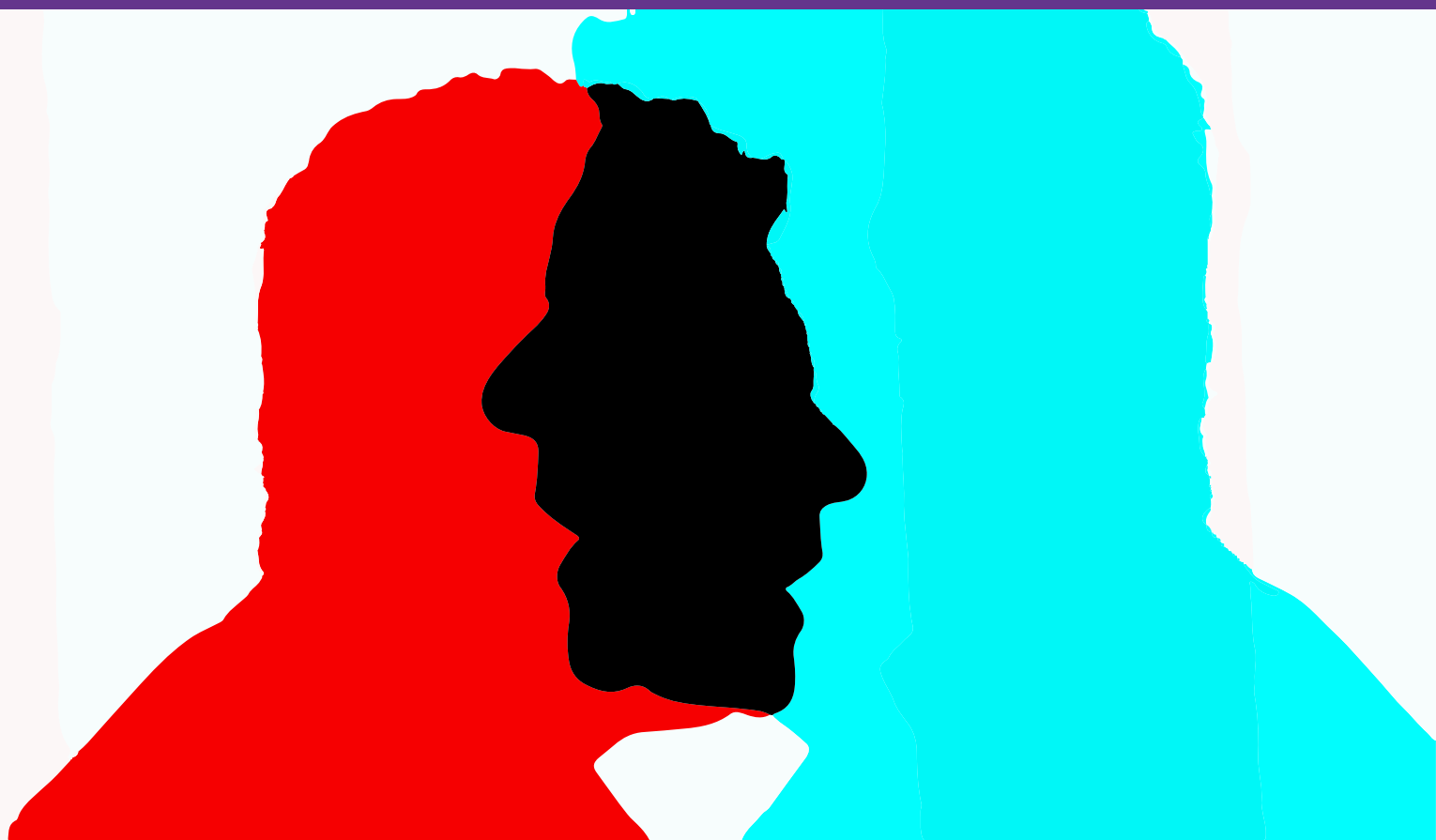
tro Bruno Dantas, para averiguar suposto conflito de interesse na atuação de Moro. Além disso, parlamentares iniciaram um movimento para a instalação de uma CPI no Congresso para investigar o caso. “Nós sempre denunciámos os picaretas da República de Curitiba”, criticou o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS).

O advogado e ex-deputado federal Wadih Damous (PT-RJ) lembrou que Moro não foi empregado da Alvarez & Marsal, como chegou a alegar. “Ele era sócio diretor”, alerta. “As empresas quebradas por ele contrataram a Alvarez para promover a reestruturação financeira e não mera recuperação judicial. São milhões de reais. Moro abocanhou muito mais do que diz”, sustenta o advogado.

O processo no TCU foi iniciado em dezembro, após representação do subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado. Ele quer esclarecimentos sobre eventuais prejuízos aos cofres públicos a partir da prática ilegítima denominada “revolving door” – na qual servidores públicos atuam como consultores na iniciativa privada nas mesmas áreas em que trabalhavam anteriormente.

Em documentos enviados ao TCU, a Alvarez & Marsal expôs que, até dezembro, recebeu R\$ 42,5 milhões em honorários de empreiteiras investigadas pela Lava Jato ao administrar seus processos de recuperação judicial: Galvão Engenharia, OAS e empresas do Grupo Odebrecht.

Na última semana, o jornal Folha de S.Paulo revelou que Moro recebeu R\$ 200 mil por parecer de 54 páginas que emitiu em novembro em resposta a uma consulta do empresário israelense Beny Steinmetz, em um caso de litígio internacional bilionário contra a brasileira Vale do Rio Doce. •



QUEM TE VIU, QUEM TE VÊ

Moro quebrou empresas que contribuem com 78% do faturamento de seu empregador até o ano passado. Ele gerou uma situação como juiz que o beneficiou como particular. É um acinte

Wadiah Damous

Sérgio Moro, em entrevista ao Flow Podcast, declarou em alto e bom som que ele era o comandante da Lava Jato. A declaração é uma monstruosidade e significa a confissão de suspeição reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Digo isso só para constar e lembrar rapidamente que a Lava Jato foi uma operação fora da lei.

Mas foi bem mais que isso. Além de rasgar a Constituição e as leis, a gangue de Curitiba foi responsável pela perda de 4,4 milhões de empregos e R\$ 172,2

bilhões em investimentos. O setor mais atingido foi o da construção civil, que perdeu 1,1 milhão de postos de trabalho, segundo dados do Dieese.

Além disso, com a queda de faturamento, as companhias envolvidas atravessaram uma crise financeira, administrativa e de reputação e deixaram de recolher aos cofres públicos R\$ 41,3 bilhões a título de tributos.

O autor dessas canetadas bilionárias e que devastaram o país atende pelo nome de Sérgio Fernando Moro.

Agora, saltemos no tempo e vamos para dezembro de 2020. Moro, já ex-juiz e ex-ministro é

contratado pela empresa de consultoria norte-americana Alvarez & Marsal.

Poderia ser um emprego como outro qualquer não fosse a tal consultoria a responsável por promover a recuperação das empresas quebradas pela Lava Jato, ou melhor por Sérgio Moro, seu comandante como ele próprio confirmou.

Por esse “detalhe”, o Tribunal de Contas da União, a pedido do Ministério Público, abriu investigação para apurar a ocorrência de um possível conflito de interesses. O caso tem toda a pinta do que os americanos chamam de revolving door – porta gira-

tória – que acontece quando um ex-agente público resolve trabalhar na iniciativa privada e na mesma esfera de atuação de quanto prestava serviços ao Estado. Leva consigo informações privilegiadas obtidas no serviço público.

Vejam só: Moro quebrou as empresas que contribuem com 78% do faturamento de seu novo empregador. Ele gerou uma situação como juiz que agora o beneficia como particular. Das centenas de empresas do tipo, porque Moro escolheu justamente essa para trabalhar? Isso merece investigação.

Mas o ex-juiz afirma que a investigação é ilegal. Uma ingerência do Estado em relações privadas. E diz mais: não recebe nenhum tostão das empresas investigadas, condenadas e quebradas por ele. Será isso mesmo? Vamos por partes, como ensina Jack, o estripador:

1. Moro no auge da Lava Jato dizia, com pretensões literárias, que a “luz do sol é o melhor detergente”. Quebrou sigilos às mancheias sob essa alegação. De acordo com ele, o homem público não deve ter segredos.

2. O ex-amigo de Bolsonaro se apresenta, hoje, como candidato a Presidente da República. Por que não esclarece espontaneamente o que a sociedade quer saber: quanto ganhava, o que fazia, quais eram os termos do contrato? Moro juiz prenderia Moro consultor.

3. Não há nenhum idiota dizendo que ele recebia diretamente das empresas que quebrou. Recebia indiretamente.

4. Quer queira quer não queira, Moro tem de atender à requisição do TCU. Ele é Pessoa Politicamente Exposta (PEP) e, como tal, pode ser monitorado pelo Banco Central e pelo COAF.

Consideram-se PEP os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em

países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo (Redação dada pela Circular 3.654, de 27/3/2013).

Moro desempenhou essas funções nos últimos cinco anos. Portanto, não há qualquer ilegalidade ou ingerência indevida por parte do Estado. Trata-se de uma rotina de monitoramento da movimentação financeira e fiscal a que toda PEP está submetida. Essa avaliação tem como objetivo prevenir a corrupção e crimes contra o sistema financeiro, como a lavagem ou desvio de dinheiro, por exemplo, de acordo com as normas e diretrizes Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) consubstanciadas na Circular 3.461, de 24 de julho de 2009, do Banco Central. Esse ato normativo consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei 9.613/98.

Moro usou e abusou dessa normatividade na Lava Jato e agora tenta se esquivar. Por tudo o que aqui se disse, Sérgio Moro está obrigado legal e moralmente a prestar esses esclarecimentos ao povo brasileiro, que por tanto tempo ele enganou.

Enquanto escrevo essas linhas, o lavajatista anunciou que vai informar quanto ganhava, como se fosse o último capítulo de uma novela. Isso é ridículo. Marcar dia e hora para informar algo que exige apertar algumas poucas teclas. Qualquer que seja o valor não vai apagar a ilegalidade dessa contratação.

E essa novela está longe de terminar. Só vai se encerrar quando Sérgio Moro responder pelos seus inumeráveis crimes. •

Advogado, ex-presidente da OAB do Rio de Janeiro e ex-deputado federal pelo PT do Rio de Janeiro.

PF AFIRMA QUE BOLSONARO COMETEU CRIME

A Polícia Federal informou ao Supremo Tribunal Federal na sexta-feira, 28, que o presidente Jair Bolsonaro teve participação “direta, voluntária e consciente” no vazamento de um inquérito sigiloso divulgado em suas redes sociais, em agosto do ano passado. A afirmação foi feita em despacho assinado pela delegada Denisse Dias Ribeiro, responsável pela investigação.

O documento, datado do dia 24 de novembro, foi anexado aos autos do inquérito que apura ao caso junto ao STF. A delegada afirma que Bolsonaro e o deputado Filipe Barros (PSL-PR) participaram do crime de violação de sigilo funcional, mas não chegou a indiciá-los porque ambos têm foro privilegiado.

Bolsonaro foi intimado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, a prestar esclarecimentos na tarde de sexta-feira na sede da PF em Brasília, mas faltou ao depoimento e recorreu contra a decisão. O ministro negou o recurso apresentado pela Advocacia Geral da União, mas não especificou se vai marcar nova audiência ou adotará outra medida.

Segundo a delegada Denisse Ribeiro, Bolsonaro e o parlamentar se aproveitaram de seus cargos para terem acesso a informações sigilosas e divulgá-las indevidamente. Com o objetivo de desacreditar o sistema eleitoral, Bolsonaro usou as próprias redes sociais para divulgar os documentos, que tratam de um ataque hacker ao Tribunal Superior Eleitoral. •



DUPLA INCANSÁVEL Os advogados Cristiano Zanin e Valeska Teixeira comemoram decisão da Justiça Federal de Brasília enterrando a denúncia que rendeu condenação ilegal de Lula por Sérgio Moro. Vitória da verdade

TRIPLEX: CASO ENCERRADO

Em nota, advogados comemoram: encerramento da denúncia reforça que ação serviu apenas para que membros do sistema de Justiça praticassem lawfare contra o ex-presidente Lula

A 12ª Vara Federal Criminal de Brasília arquivou, na quinta, 27, a ação do caso do triplex do Guará, inventado pela Lava Jato para prender o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tirá-lo corrida eleitoral de 2018, quando concorria à Presidência da República. A decisão tomada pela juíza Pollyanna Alves, acompanha pedido do Ministério Público Federal. Em dezembro, o MPF havia se manifestado pelo arquivamento, entendendo que não havia provas contra Lula.

O processo do triplex está definitivamente encerrado.

Para os advogados do ex-presidente, o desfecho comprova que Lula foi alvo de uma perseguição jurídica levada a cabo pelo ex-juiz federal Sérgio Moro, cuja parcialidade foi decretada pelo Supremo Tribunal Federal. Desde que o conluio começou, ainda em 2015, Lula e sua família somam 23 vitórias na Justiça e nenhuma derrota.

“O encerramento definitivo do caso do triplex pela Justiça reforça que ele serviu apenas para que alguns membros do sistema de Justiça praticassem lawfare contra Lula, vale dizer, para que fizessem uso estratégico e perverso das leis para perseguir judicialmente o ex-

-presidente com objetivos políticos. Um caso sem nenhuma materialidade nem acusação concreta, e apenas com provas de inocência do ex-presidente”, apontam os advogados Cristiano Zanin e Valeska Teixeira, em nota distribuída à imprensa.

“O Supremo Tribunal Federal reconheceu a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro nesse caso e em outros em que ele atuou contra Lula, tal como demonstramos desde a primeira defesa escrita apresentada”, lembra a defesa de Lula. “Como consequência, declarou a nulidade todos os atos, reconhecendo o caráter ilegal e imprestável da atuação de Moro em relação ao ex-presidente”. •



LULA ISOLADO NA DIANTEIRA

Ipespe e Poderdata mostram ex-presidente da República em patamar estável e próximo de vencer já no primeiro turno. Bolsonaro segue em segundo, mas com alto índice de rejeição

Matheus Tancredo Toledo

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se mantém na liderança da corrida presidencial, de acordo com as duas últimas pesquisas eleitorais, realizadas pelo Instituto Poderdata e Ipespe. Já o presidente Jair Bolsonaro (PL) se mantém em situação estável com a reprovação de sua administração em patamares elevados.

De acordo com ambas as pes-

quisas, há amplo favoritismo de Lula no primeiro turno. Segundo o Poderdata, há empate no limite da margem de erro entre quem vota no petista e o total de intenção de votos de todos os outros candidatos. O ex-presidente tem 42% e os outros, 45%.

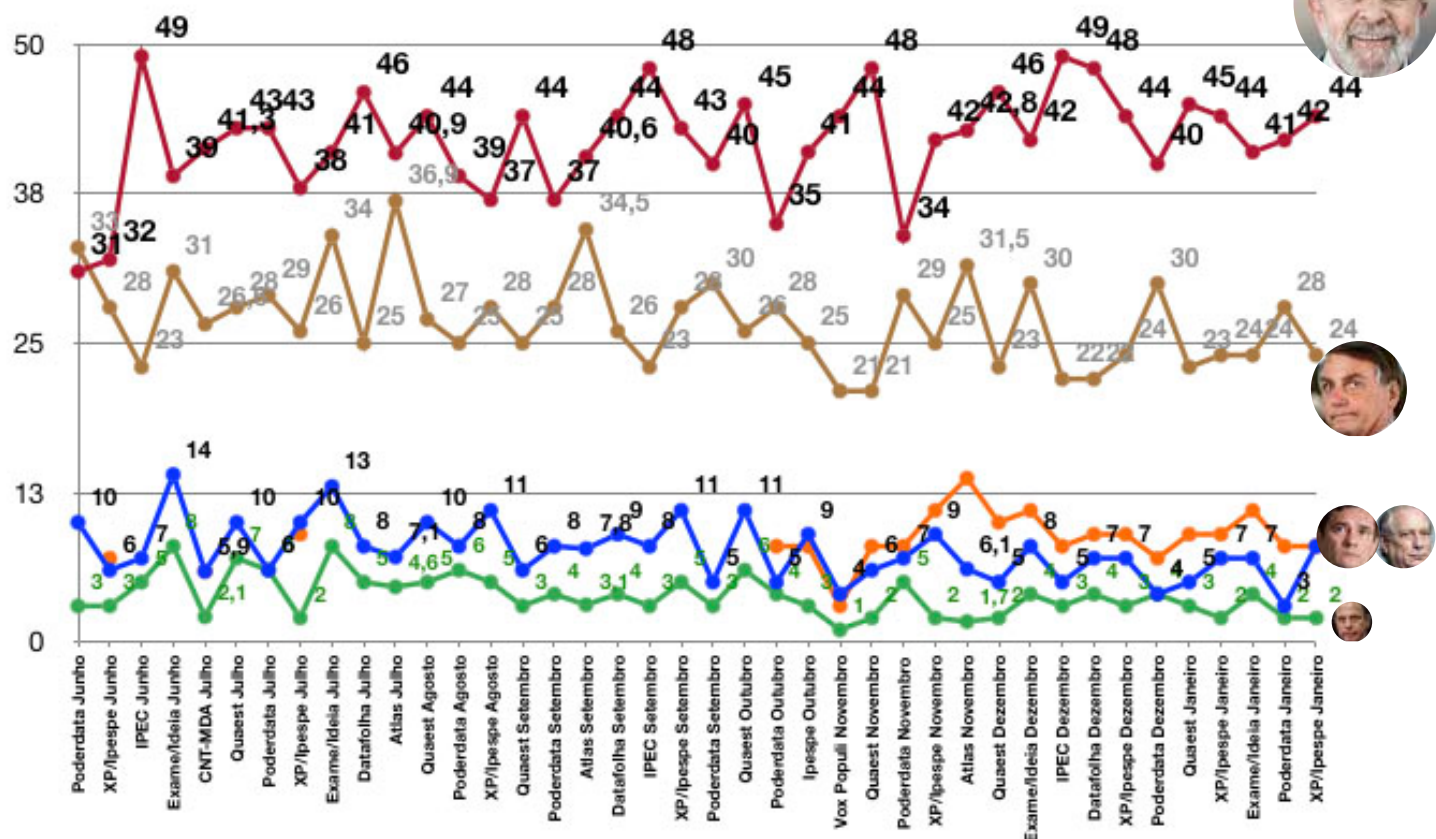
Bolsonaro está com 28%, seguido por Sergio Moro, com 8%, e Ciro Gomes, 3%. O governador de São Paulo, João Doria, está com 2%) e o deputado André Janones (Avante), 2%. Os outros nomes têm 1% ou menos

– Alessandro Vieira (Cidadania), Simone Tebet (MDB), Luiz Felipe D'Ávila (Novo) e Rodrigo Pacheco (PSD).

O Ipespe mostra um quadro semelhante. Lula tem 44% das intenções de voto e os outros somados alcançam 45%. Bolsonaro chega a 24%, Moro e Ciro, 8% cada e Doria vai a 2%. Os demais candidatos têm 1% ou menos – Tebet, Pacheco, Vieira e D'Ávila.

As duas pesquisas também reforçam que há um cenário momentâneo de estabilização dos

Intenção de voto para presidente



Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo

patamares de intenção de voto. Lula oscila entre 42% e 44% desde setembro do ano passado, segundo o Ipespe. Já Bolsonaro varia entre 24% e 25% pelo mesmo instituto desde novembro, quando Moro entrou na corrida eleitoral.

O ex-ministro de Bolsonaro apareceu nos últimos três meses em patamar que varia de 8% a 11%. O mesmo se verifica em relação a Ciro desde setembro. Dória varia entre 2% e 3% desde novembro, e o patamar mais alto atingido na série histórica foi 5%. Os demais candidatos não passaram em nenhum momento de 1% dos votos.

As duas pesquisas também reforçam a larga vantagem de Lula nos cenários de segundo turno. Segundo o Ipespe, Lula vence todas as simulações e teria 24 pontos de vantagem na disputa contra Bolsonaro (54% a 30%) e 19 contra Moro (50% a 31%). O mesmo se repete no levantamento do Poderdata: 22

pontos percentuais de vantagem para Bolsonaro (54% a 32%) e 23 ante Moro (49% a 26%). Nas duas pesquisas, as distâncias são ainda maiores para Ciro Gomes e João Dória.

Os levantamentos também trouxeram novos dados referentes à avaliação do governo Bolsonaro. O Ipespe segue apontando para um cenário de estabilização da reprovação em patamares altos e da aprovação em níveis muito baixos. Desde agosto, a soma dos que apontam o governo como ruim ou péssimo oscila entre 54% e 55%, e a aprovação varia de 23% a 25% desde julho de 2021.

O Poderdata aponta para uma queda na reprovação, ainda que no limite da margem de erro – de 57% para 53%. É necessário verificar nas próximas pesquisas se tal tendência de queda se consolida ou se é apenas uma variação dentro do limite da margem. A aprovação estaria em 25%, repe-

tindo os patamares verificados desde o começo do segundo semestre de 2021.

No último artigo, exploramos a possível vinculação entre a alta reprovação a Bolsonaro e sua postura negacionista no enfrentamento da pandemia. O levantamento do instituto sugere a possibilidade de o presidente ter perdido terreno inclusive entre aqueles que optaram pelo seu nome em 2018.

Entre os que declaram ter votado em Bolsonaro no último pleito, 22% consideram seu governo ruim ou péssimo; 23% o apontam como regular e 53% avaliam positivamente o seu trabalho. A avaliação positiva é quase nula entre os que optaram por Fernando Haddad (PT), com 2%, e entre os que votaram em branco ou nulo (4%) e quem não votou naquela ocasião: 4%. •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Noppe, da Fundação Perseu Abramo.

OPINIÃO



**RESISTÊNCIA,
TRAVESSIA E
ESPERANÇA**

O momento exige pactos sobre valores necessários para unir o Brasil. Baseado no amor para vencer o ódio, na solidariedade para superar a discórdia, na cooperação em vez do individualismo e no compromisso para superar desigualdades

Gleisi Hoffmann, Aloizio Mercadante, Marcio Pochmann, Reginaldo Lopes e Paulo Rocha *

São tempos difíceis os que vive o Brasil. O governo Bolsonaro trouxe uma crise sem precedentes na história e uma retomada só é possível quando ele chegar ao fim, o que faz de 2022 um momento histórico. Como se estivéssemos em uma contagem regressiva, para o ano terminar junto com o obscurantismo que as eleições podem derrotar. Essa perspectiva fez a esperança voltar ao país e um sentimento novo toma conta dos que defendem a democracia, a justiça social e a solidariedade.

Bom mesmo seria fechar os olhos e acordar em 2023. Mas, até lá, existe uma longa travessia. Temos um ano de muita luta pela frente e a dedicação de cada um será determinante para a construção de um novo tempo. O negacionismo oficial com a pandemia continua matando, impera um desemprego e fome sem precedentes, políticas públicas e a proteção social são desmanteladas, direitos dos trabalhadores retirados, se aprofunda a destruição do meio ambiente, permeia uma degradação das instituições e dos valores humanistas e democráticos. Portanto, é preciso agregar ao nosso dicionário a palavra resistência.

Vivemos tempos de resistência, travessia e esperança. E estas consignas ilustram o nome do seminário organizado pelo Partido dos Trabalhadores, a Fundação Perseu Abramo, o Instituto Lula e as bancadas petistas no Senado e na Câmara dos Deputados e que

acontece nos dias 31 de janeiro e 01 de fevereiro.

O evento foi concebido para buscar uma melhor compreensão do cenário em que estamos inseridos, para assim construir com a oposição e os setores democráticos a luta contra o processo de destruição de conquistas obtidas ao longo de décadas, ou de séculos. Entender que o momento exige pactos sobre valores necessários para de novo unir o Brasil. Baseado no amor para vencer o ódio, na solidariedade para superar a discórdia, na cooperação ao invés do individualismo e no compromisso profundo com a supressão das desigualdades históricas que alicerçam a nossa nação.

Um encontro construído por quem traz na bagagem o legado dos governos democráticos e populares, que nos credencia a liderar saídas para um Brasil em crise,

A ESPERANÇA
QUE LULA
DESPERTA VEM
DO ESPERANÇAR,
QUE PAULO FREIRE
CONJUGOU COMO
SE LEVANTAR,
NÃO DESISTIR,
RECONSTRUIR

amparadas no Estado soberano que garante direitos e distribui renda e oportunidades para todos. Fundamentado no fortalecimento da dinâmica interna da economia brasileira, na ampliação dos mecanismos de proteção social e na reativação dos investimentos públicos.

Cresce a consciência nacional de que só Lula pode liderar um processo de reconstrução do país. E, consciente do seu papel, ele já cumpre a missão, edificando pontes com aqueles que já estiveram do outro lado, mas, por nutrir valores democráticos, podem e devem estar juntos neste processo de retomada democrática do país.

A esperança que Lula desperta vem do esperançar, que Paulo Freire conjugou como se levantar, não desistir, reconstruir. Esses verbos são partes da própria vida do presidente e da imensa maioria dos brasileiros, que, apesar de todas as adversidades, não desistem dos seus sonhos.

O desafio que temos é bem maior que conceber programas para uma pré-candidatura, que já se transformou num amplo movimento de brasileiros e brasileiras que querem sair do desalento e que têm em Lula sua única esperança. Representa a disputa estratégica pelo futuro, concebida em torno de um projeto de desenvolvimento inclusivo e sustentável para que o Brasil, consciente do seu tamanho, do seu potencial e da grandeza da sua gente, volte a ser uma referência de nação soberana e justa com seu povo. •

* Presidenta nacional do PT, presidente da Fundação Perseu Abramo, presidente do Instituto Lula, líder do PT na Câmara dos Deputados e líder do PT no Senado.



VOA A ALTO O DRAGÃO DA INFLAÇÃO

Em 2021, o IPCA fechou acima de 10%, mas a expectativa é que permaneça em patamares elevados ao longo deste ano eleitoral. Em janeiro, prévia fecha a 0,58%

Guilherme Mello



O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador de inflação do país, encerrou o ano de 2021 com alta de 10,06%, resultado muito acima do teto da meta de inflação do ano (5,25%) e a maior elevação de preços desde 2015. Os itens que mais sofreram aumento foram aqueles relacionados aos combustíveis e energia, e aos alimentos e bebidas.

O ano mal começou, e a inflação continua em dois dígitos. Anunciado na quarta-feira, 26 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA-15 variou 0,58% em janeiro, contra 0,78% em janeiro de 2021. Considerado a “prévia da inflação”, o indicador acumula alta de 10,20% em 12 meses.

A variação de janeiro ficou acima das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela Bloomberg esperavam avanço de 0,44%. Economistas também projetavam variação menor no acumulado em 12 meses: 10,05%. Até dezembro, o acumulado era de 10,42%.

Em 12 meses, o IPCA-15 está

bem acima da meta de inflação perseguida pelo Banco Central. O centro da meta é de 3,50% em 2022, e o teto foi definido em 5%. Os analistas já projetam novo estouro da meta, o segundo consecutivo.

Para 2022, a expectativa ainda é que a inflação seja menor, mas tem grandes chances de novamente superar o teto da meta estabelecido para o ano. Atualmente, a previsão dos analistas de mercado consultados no boletim Focus, do Banco Central, é que o IPCA encerre o ano de 2022 em 5,09%.

Apesar do aumento da inflação ser um fenômeno global, o Brasil se destacou negativamente neste ponto em 2021. No grupo dos 19 países mais ricos do mundo – mais a União Europeia –, o Brasil apresentou a terceira pior inflação, só perdendo para Argentina (51,2%) e Turquia (21,3%).

A política de preços de combustíveis adotada pela Petrobrás desde o governo de Michel Temer é um dos fatores que mais contribuiu para a carestia, uma vez que repassa diretamente o aumento do preço do petróleo e os efeitos da desvalorização cambial para o bolso do consumidor, produzindo lucros extraordinários para os

acionistas privados e estrangeiros da empresa, enquanto o custo é arcado totalmente pelo consumidor brasileiro.

Outro fator a se destacar é a desvalorização cambial excessiva, fruto da completa ausência de controles de capitais e do desmonte dos instrumentos de estabilização cambial, decorrente de um processo acelerado de liberalização financeira. Com isso, o real foi a sexta moeda que mais perdeu valor no mundo em 2020 e a décima segunda em 2021.

Por fim, dois outros fatores impactaram diretamente o resultado da inflação. Em primeiro lugar, a ausência de estoques reguladores e alimentos e o desmonte das políticas de financiamento à agricultura familiar limitam a capacidade do Estado de estabilizar os preços e garantir a segurança alimentar da população. Em segundo, os extremos climáticos têm provocado secas duradouras em algumas regiões e excesso de chuvas em outras, prejudicando a produção de alimentos e impactando o preço da energia elétrica. O incentivo ao desmatamento ilegal e o desmonte das políticas de proteção ambiental contribuem decisivamente o agravamento desse cenário. •

Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)

INTERNACIONAL



DIVERSIDADE NO GABINETE O presidente eleito do Chile, Gabriel Boric, surpreende ao anunciar o ministério

GOVERNO COM MAIORIA FEMININA

Presidente eleito do Chile, Gabriel Boric escolheu 14 ministras e 10 ministros, em governo de perfil moderado. A neta do ex-presidente Salvador Allende assume a Defesa

O presidente eleito do Chile, Gabriel Boric, promove uma revolução no país vizinho ao anunciar um gabinete de governo com presença majoritária de mulheres. Serão 14 ministras e 10 ministros, incluindo a neta do ex-presidente socialista Salvador Allende – deposto e assassinado durante o Golpe de Estado liderado pelo General Augusto Pinochet, em 11 de setembro de 1973 – Maya Fernanda Allende, que assume o Ministério da Defesa. Ela será a chefe das três Forças Armadas.

Maya é filha de Beatriz Allende Bussi, a mais política das filhas do ex-presidente, cruelmente assassinado durante o bombardeio ao Palácio La Moneda. Seu pai é o diplomata cubano Luis Fernández Oña, que integrou o Departamento de América do Partido Comunista de Cuba e fazia a relação do regime com os partidos e movimentos de esquerda na América Latina.

Bióloga, veterinária e militante do Partido Socialista, Maya nasceu em Santiago em setembro de 1971, quase um ano após a chegada do governo da Unidade Po-

pular ao poder. Após o golpe de 1973, ela e a família passaram a viver no exílio, em Havana. Ela viveu em Cuba por 20 anos.

O presidente eleito saudou a formação do governo ressaltando a pluralidade e a diversidade. “Temos certeza que a riqueza do Chile está, justamente, na diversidade da nossa gente”, disse Gabriel Boric em pronunciamento. Aos 35 anos, ele tomará posse em 11 de março. O novo mandatário qualificou a formação ministerial como “diversa”, com pessoas de origens e formações distintas: “O gabinete tem a missão de lançar



Arquivo/EFE

NOS BRAÇOS DE ALLENDE A futura ministra da Defesa do Chile repousa no colo do avô, assassinado durante o golpe militar promovido em 1973

as bases para as grandes reformas que nos propusemos realizar em nosso programa”.

Entre as ministras estão Izkia Siches (Ministério do Interior e Segurança Pública), médica que chefiou a campanha vitoriosa de Boric e presidiu o Colégio Médico do Chile durante o enfrentamento da pandemia da Covid-19. A ex-prefeita e deputada do Partido Radical por Antofagasta Marcela Hernando vai para o Ministério de Mineração. Ex-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Antonia Urrejola assumirá o Ministério das Relações Exteriores.

A deputada do Partido Comunista Camila Vallejo Dowling, ex-líder estudantil, vai ocupar a Secretaria Geral de Governo. Ela surgiu nas lutas do movimento estudantil em 2006 e ganhou reconhecimento da Anistia Internacional pelo seu trabalho em defesa dos direitos humanos.

A médica sanitária Jeanette Vega assumirá o Ministério de Desenvolvimento Social e da Família. Ela foi subsecretária de Saúde Pública, diretora do Fundo Nacional de Saúde e do Instituto Nacional de Saúde Pública. A antropóloga Julieta Brodsky estará no Ministério das Culturas e a jornalista Antonia Orellana, no Ministério da Mulher.

A ex-jogadora de futebol, professora de educação física, ativista e filha de militante assassinada na ditadura, Alexandra Benado assumirá o Ministério dos Esportes. Já Marisa Rojas estará à frente do Ministério do Meio Ambiente e a advogada Javiera Toro, no Ministério de Bens Nacionais.

A médica María Begoña Yarza ocupará o Ministério da Saúde e a ex-subsecretária da Previdência durante governo Bachelet Jeanette Jara vai assumir o Ministério do Trabalho e Previdência Social. A socióloga Marcela Ríos estará à frente do Ministério da Justiça.

Dentre os homens, um dos destaques do gabinete de Boric é o atual chefe do Banco Central do Chile, Mario Marcel, que vai assumir o Ministério da Fazenda. Moderado ligado ao Partido Socialista, Marcel terá entre seus desafios promover a reforma tributária prometida por Boric.

Ainda fazem parte do governo de Boric: Giorgio Jackson (Secretaria-Geral da Presidência), Nicolás Grau (Economia), Marco Antonio Ávila (Educação), Juan Carlos García (Obras Públicas), Carlos Montes (Habitação), Esteban Valenzuela (Agricultura), Juan Carlos Muñoz (Transportes e Telecomunicações), Claudio Huepe (Energia) e Flavio Salazar (Ciência e Tecnologia). •

XIOMARA ASSUME A PRESIDÊNCIA DE HONDURAS

A nova presidente de Honduras, Xiomara Castro, tomou posse na quinta-feira, 27, tornando-se a primeira mulher no cargo no país. Ela chegou ao poder apoiada pelo marido, o ex-presidente Manuel Zelaya, deposto por um golpe de Estado em 2009. A ex-presidenta do Brasil Dilma Rousseff compareceu à posse, assim como as vice-presidentas da Argentina, Cristina Kirchner, e dos Estados Unidos, Kamala Harris.

Na posse, Xiomara criticou as políticas do governo anterior, do direitista Juan Orlando Hernández. Ela afirma que Honduras vive uma “catástrofe econômica” sem paralelo na história do país, cuja dívida externa cresceu sete vezes nos últimos dois mandatos presidenciais liderados por conservadores.

A dívida do país é de cerca de US\$ 15,5 bilhões (R\$ 83,7 bi), quase 60% do Produto Interno Bruto. Para resolver a crise, Xiomara Castro aposta em reformas, sem as quais será “praticamente impossível” fazer os pagamentos da dívida. “Meu governo não vai continuar o turbilhão de saques que condenou gerações de jovens a pagar a dívida contraída pelas suas costas”, disse.

Ela prometeu combater a corrupção, a pobreza e a violência, problemas crônicos que ajudaram a alimentar ondas de imigrantes com destino aos EUA. As reformas sociais, porém, dependem do apaziguamento no Congresso e no partido (Libertad y Refundación), pelo qual foi eleita. •

28 de janeiro de 1942 BRASIL ROMPE COM OS PAÍSES DO EIXO

Ao final da 3ª Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Brasil, anuncia o rompimento das relações entre o Brasil e os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão. Tanto os embaixadores e autoridades presentes ao encontro quanto a multidão que acompanhava da rua a solenidade no palácio Tiradentes aplaudem efusivamente o chanceler brasileiro. Getúlio Vargas já demonstrara a intenção ao abrir o encontro, em 15 de janeiro.

2 de fevereiro de 1943 URSS TRIUNFA EM STALINGRADO

Chega ao fim uma das mais terríveis batalhas da 2ª Guerra Mundial: os alemães são derrotados em Stalingrado. Hitler, que sonhava vencer a União Soviética numa guerra relâmpago, como na ocupação da França em 1940, não contava com a aguerrida resistência soviética e com as baixíssimas temperaturas do inverno russo, que minaram a combatividade das tropas alemãs. A batalha de Stalingrado começou em 17 de julho de 1942 e foi dura. Calcula-se que tenha tirado a vida de 2 milhões de pessoas, entre soldados e civis. Os últimos combates foram travados dentro da cidade, casa por casa, corpo a corpo.



30 de janeiro de 2003

PRESIDENTE LULA LANÇA O FOME ZERO

Trinta dias após assumir o governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança o programa Fome Zero, com o desafio de integrar políticas estruturais e emergenciais no combate à fome. O presidente coloca em prática a principal bandeira de sua plataforma eleitoral e de sua trajetória política.

Até então, 44 milhões de pessoas viviam com menos de 1 dólar ao dia, em situação de insegurança alimentar. Até janeiro de 2004, o programa beneficiaria

11 milhões de pessoas em 2.369 municípios, concentrados especialmente no semiárido e nas regiões mais pobres do Nordeste.

Bem sucedida, a experiência de garantir renda mínima às populações mais pobres funcionou como embrião do programa Bolsa Família, que seria lançado em janeiro de 2004. Reconhecido como o maior e mais bem-sucedido programa de transferência de renda do mundo, o programa transformou profundamente a história do Brasil.

31 de janeiro de 1995

NASCE EM CURITIBA A ABGLT, MARCO HISTÓRICO

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) é criada, fruto do 8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, realizado em Curitiba. É um marco do movimento LGBTQIA+. Trata-se de uma rede nacional de organização e repre-

sentação de segmentos sociais tradicionalmente marginalizados. Ao longo de sua história, participou da construção do programa Brasil sem Homofobia, da realização da 1ª Conferência LGBT e da 1ª Marcha Nacional contra a Homofobia.

Roberto Stuckert

29 de janeiro de 1985

MST REALIZA SEU PRIMEIRO CONGRESSO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba (PR), e assume uma posição de destaque na luta pela reforma agrária no Brasil. O evento é um desdobramento do 1º Encontro Nacional, ocorrido no ano anterior, em Cascavel (PR), quando a organização foi oficialmente criada.

1º de fevereiro de 2003

A ESQUERDA CRESCE NO NOVO CONGRESSO

Em fevereiro de 2003, deputados e senadores eleitos em 2002 tomam posse em formação histórica no Congresso: a maior bancada da esquerda desde as eleições realizadas em 1986. Na Câmara, o número de deputados do campo passou de 112 para 149, sendo o PT o partido com o maior número de parlamentares (91). Em seguida, estavam PSB (28), PDT (18) e PCdoB (12). A base governista contava ainda com o apoio de partidos de centro, como o PL, do vice José Alencar.

A bancada da esquerda no Senado também cresceu. O PT expandiu sua representação para 14 cadeiras, o PDT continuou com 5 parlamentares e o PSB chegou a 4 senadores. A bancada aliada no Senado, no início de 2003, era composta por 26 senadores. Até o final do ano, esse número aumentaria para 42.



3 de fevereiro de 2015

DILMA INAUGURA CASA DA MULHER BRASILEIRA

“A Casa da Mulher Brasileira é a política pública mais ousada e mais avançada de combate à violência contra a mulher”, declara a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci.

Criada pela presidenta Dilma Rousseff, em fevereiro de 2015, a casa faz parte do programa Mulher: Viver sem Violência, com o objetivo de integrar políticas públicas voltadas às mulheres em situação de violência. O complexo visa-

va não só a assistência às vítimas de agressão, mas principalmente condições para que elas pudessem se empoderar e romper o ciclo de opressão em que viviam.

O projeto prometia instalar uma casa em cada estado brasileiro até 2018. Antes do golpe sofrido por Dilma em 2016, foram entregues três unidades da Casa da Mulher Brasileira: em Mato Grosso do Sul, Paraná e Distrito Federal. O governo Bolsonaro acabou com o programa.

Outras datas históricas:

31/01/1986: Inscrição da Serra da Barriga, local em que se localiza o Quilombo dos Palmares (AL), no livro de Tombamento Arqueológico do IPHAN, considerada Patrimônio Cultural Brasileiro

01/02/1935: Nascimento da escritora Lélia Gonzalez

01/02/1983: Posse dos primeiros petistas eleitos em Diadema (SP), Gilson Menezes, e Santa Quitéria do Maranhão, Manoel da Silva Costa, vulgo Manuca

03/02/1924: Nascimento do historiador marxista britânico Edward Palmer Thompson

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br



OS 40 ANOS DA BLITZ

Em meio aos estertores da ditadura, uma banda carioca sacode o país, esbanjando alegria e abrindo as portas para a nova MPB

Olímpio Cruz Neto

O fenômeno do rock nacional explodiu no início da década de 1980, quando estouraram os primeiros discos do que se convencionou chamar naquela época de novo iê-iê-iê ou a niuêive brasileira. E o primeiro grande sucesso foi nada menos do que o compacto “Você não soube me amar”, lançado em julho de 1982.

“Sabe essas noites que você sai caminhando sozinho/ De madrugada, com a mão no bolso”, cantava Evandro Mesquita, ao passo que Fernanda Abreu e Márcia Bulcão emendavam: “Na ruaaaaaaa-aaa”. A canção ganhou as rádios do país, virou a mais pedida e não havia um jovem naquela ocasião que não soubesse cantá-la. Uma polaroide bem-humorada e certeira sobre a juventude de classe média do país.

Foi graças à Blitz, um esforço músico-poético-teatral de jovens artistas urbanos cariocas egressos de experiências diversas, como Asdrúbal Trouxe O Trombone e as mitológicas bandas de rock progressivo Vímana, A Bolha e Mutantes, na fase terminal, que a música jovem brasileira tomou de assalto o país.

O rock brasileiro feito pela banda atingiu praticamente todas as classes sociais, transformando-se no primeiro fenômeno de massa feito por jovens e para jovens. E olha que a ditadura militar ainda não havia sido sequer enterrada. A canção e a banda foram a porta de entrada para uma moçada ávida por mudança.

Embora desafiando a censura – o primeiro disco da Blitz tinha duas músicas que simplesmente foram inutilizadas para audição: “Cruel, cruel, esquizofrenético blues” e “Ela quer morar comigo na lua” – o grupo fez sua contribui-

ção para a consolidação do pop/rock brasileiro.

Foi o sinal verde para músicos e gravadoras e um prenúncio de que alguma coisa nova estaria por vir e poderia ser consumida em larga escala, como demonstrara o compacto “Você não soube me amar”, que chegou a vender espantosamente 1 milhão de cópias. Isso em pleno regime militar!

Um compacto maroto, com apenas uma faixa – o outro lado não tinha uma canção propriamente dita, mas um poema-happening: a repetição exaustiva do famoso trecho de “Você não soube...”: “Nada, nada, nada, nada...”. Foi o bastante, contudo, para que fosse aberta a válvula de escape para a juventude que ainda não tinha vez e nem voz.

Em 15 de janeiro de 1982, a banda subia no palco do Circo Voador, maior casa de shows carioca da época, tocando pela primeira vez sob o nome de Blitz. O quinteto foi batizado por Lobão, baterista do grupo.

A repercussão chamou atenção da EMI, que assinou contrato com a banda e, em 20 de julho, era lançado o primeiro single. Em três meses o compacto vendeu 100 mil cópias, tornando-se a canção de maior sucesso deles. Na sequência foi lançado o primeiro álbum, *As Aventuras da Blitz 1*, que vendeu 300 mil cópias e gerou grande repercussão pela mistura de canções bem-humoradas e figurinos futuristas.

O grupo estourou e se tornou o mais importante nesta primeira fase do rock oitentista nacional. O sucesso comercial rendeu turnês em todo o país e catapultou a banda ao megaestrelato. E o rock brasileiro, que então era apenas um nicho no mercado fonográfico nacional, tornou-se um movimento que renovou a música popular brasileira e abriu espaço para uma nova geração de músicos. Mas isso é outra história. ●

Venício A. de Lima

PAULO FREIRE

A prática da
liberdade,
para além da
alfabetização

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

autêntica



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

